

# CARAVANA

em revista

ed. 1 janeiro 2025

**PAULO  
FREIRE**

O PATRONO  
DA EDUCAÇÃO



*Educação  
em crise*

*Subsídio,  
o ouro  
de tolo da  
categoria*

# CARAVANA em revista

## EXPEDIENTE

### Assessoria jurídica:

*Damázio Gomes e Ingrid Silva*

### Comunicação:

*Edecarlos Bispo, Igor Vizioli, Stela Mariah,  
Fernando Silva e Murilo Mendes*

### Editor-chefe

*Ivan Zumalde*

### Edição de texto e direção de arte:

*Movimento Caravana da Educação*

### Mobilização:

*Marina Martins, Thamires Santos,  
Arthur Paulino e Julia Herculano*

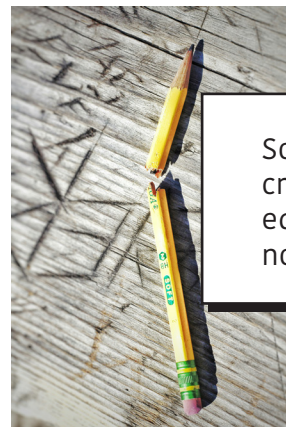
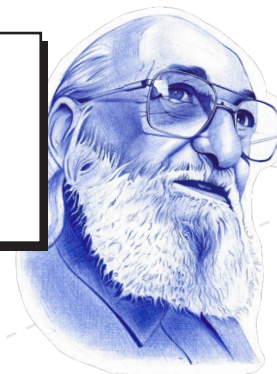
### Revisão:

*Augusto Gomes e Ronaldo Godeghese*

## Sumário

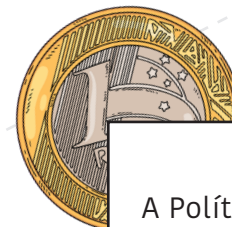
Paulo Freire  
é declarado  
Patrono da  
Educação  
Paulistana

PÁG. 4



Sobre a  
crise da  
educação  
no Brasil

PÁG. 6



A Política  
de Subsídios | PÁG. 10

# Paulo Freire é declarado Patrono da Educação Paulista

Lei nº 16.948, de 28 de junho de 2018, proposta pelos vereadores Toninho Vespoli (PSOL) e Antonio Donato (PT), reconhece Paulo Freire como símbolo da educação na cidade de São Paulo.



A lei declara o renomado educador Paulo Freire como Patrono da Educação Paulista, destacando a importância de Freire para a educação na cidade de São Paulo.

O prefeito do município na época, Bruno Covas, promulgou a lei após sua aprovação pela Câmara Municipal. A medida reconhece a contribuição de Paulo Freire para o desenvolvimento educacional e revoga todas as disposições anteriores contrárias à nova lei.

A promulgação da Lei nº 16.948 foi formalizada na data de sua publicação, contando com as assinaturas do prefeito Covas, do Secretário Municipal de Justiça Rubens Naman Rizek Junior e do Secretário-Chefe da Casa Civil Eduardo Tuma.

A declaração de Paulo Freire como Patrono da Educação Paulista reflete a valorização de suas ideias e métodos pedagógicos, que continuam a influenciar educadores e estudantes em todo o Brasil!



## Sobre a crise da educação no Brasil

Lutar por uma educação pública de qualidade é lutar por uma sociedade mais justa, solidária, democrática e inclusiva.

Ficamos por mais de uma década com uma política de reajuste salarial de 0,001%, que nos acarretou perdas salariais irreparáveis, atreladas à falta de condições de trabalho e a precarização dos serviços públicos,

fomos impactados com a terrível reforma da previdência, o nefasto confisco dos 14% e vivemos agora sob a espreita do fantasma da política de subsídios.

A atual gestão municipal, vem escancarando cada vez mais sua política privatista e de extrema direita, usando a educação pública como uma simples moeda de troca, a seu bel

prazer, precarizando o atendimento para assim poder justificar as respectivas privatizações e parcerias público-privadas, agradando aos interesses empresariais e colocando à venda a cidade de São Paulo. Em outras palavras, é o prefeito “vampirizando” nossos recursos públicos, ao invés de investir em políticas públicas à toda uma sociedade.

Não houve construções de novas Unidades Escolares na rede direta, ocasionando uma superlotação às existentes, às quais não dão conta em atender a atual demanda escolar, impactando na perda de espaços de enriquecimento pedagógico como:

brinquedotecas, sala de leitura, sala de uso múltiplo, entre outros, para dar conta do grande número de estudantes por sala/turma, devido não haver uma real análise territorial da demanda local e de seus impactos, baseados no georreferenciamento.

Todo prédio construído foi entregue a parceria público privada (rede indireta), a exemplo do que aconteceu com os CEUS/CEMEIS entregues à gestão do Instituto Bacarelli.

Outra questão, é o número de obras superfaturadas que não atendem as reais necessidades das unidades: faltam recursos humanos, o que compromete a especificidade da rotina escolar; uma inclusão escolar, de

fato, com qualidade e sem ser excludente; a falsa sensação da ampliação do tempo de permanência dos estudantes sem levar em conta a dimensão da qualidade e do real impacto ao acesso e continuidade nos estudos; a morosidade na chamada dos concursos de ingresso/acesso vigentes; a revitalização da rede de proteção aos estudantes; melhores condições de trabalho para a saúde física e mental das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação.

O vereador Toninho Vespoli é professor da rede municipal e tem sido uma figura bastante combativa e, assim, imprescindível na Câmara. Tem travado e feito vários enfrentamentos contra a tentativa de

desmonte da rede pública municipal, incentivando e mobilizando a categoria a participar de todas as

lutas trabalhistas pela valorização da carreira, buscando realizar sempre a escuta ativa de todos os segmentos.



# A Política de Subsídios

No que consiste o subsídio? Uma grande farsa e ilusão! Um “ouro de tolo”, para ludibriar a categoria da educação.



A atual gestão na prefeitura do município de São Paulo, tem apresentado como proposta de valorização e reestruturação de diversas carreiras, a famigerada política de subsídios, à qual propõe a mudança do regime remuneratório aos servidores. Mas afinal, de onde surgiu essa proposta?

A partir de uma mudança na Constituição Federal de 1988, durante o governo de FHC, é que o termo subsídio ganha destaque como forma de remuneração na chamada “reforma administrativa”, que consistia em um conjunto de alterações guiadas pelo conceito de Estado Mínimo.

Tal conceito ganha força sob a alegação de modernidade, onde a ideia era reduzir o Estado, tido como pesado e ineficiente, com sua abertura para a lógica do mercado e dos setores privados, na mesma onda que levou ao conjunto de privatizações dos anos de 1990 e que delapidaram os patrimônios nacionais e estaduais.

Essa ideia, foi fortalecida por décadas de governos neoliberais, que, deliberadamente, não investem e jamais investiram em políticas públicas à população, e assim, buscam sempre culpabilizar (in) justamente, os serviços e servidores públicos, “jogando para debaixo do tapete”, desta forma, toda sua ineficiência e falta de investimentos

ao atendimento de quem precisa dos serviços públicos.

É assim, portanto, que o conceito subsídio, ganha força como proposta de redução necessária de “gastos” para com o funcionalismo, entendido como despesa e causa da ineficiência do poder público, sendo um dos grandes alvos do ataque neoliberal.

Vivemos à sombra de governos golpistas que querem destruir nossa carreira anualmente, tentando implementar esse tipo de remuneração que implica em perda de direitos conquistados ao longo da trajetória profissional, como quinquênio, sexta parte, perdas relativas aos ganhos judiciais, saindo do padrão de vencimentos e prejuízos





aos enquadramentos realizados pelos processos de evolução funcional e promoção das carreiras.

Como se os ataques já não fossem poucos, temos ainda os impactos da reforma da previdência, que nos obriga a trabalhar por muito mais tempo, em virtude do aumento na idade mínima e no tempo de contribuição e a segregação de massas em dois fundos distintos de previdência: FUNFIN e FUNPREV, trazendo a insegurança financeira aos aposentados e pensionistas; somos obrigados a conviver com esse fantasma chamado subsídio rondando a nossa vida, sendo a pá de cal que faltava para extinção da carreira da educação.

Portanto, é dentro

# NÃO AO SUBSÍDIO!

deste panorama, ora apresentado, que a atual gestão municipal com sua autêntica e natural identificação política de viés ultra neoliberal se constitui e adota, obviamente, métodos e formas de realizar a todo custo, o total desmonte de nossas carreiras e na (in)consequente destruição da valorização e do reconhecimento dos seus valerosos servidores públicos.

Sabemos na verdade que lá no fundo, o que está em jogo, são nossas lutas, nossas conquistas,



nossos direitos e garantias históricas conquistadas ao longo dos últimos 36 anos; primeira e justamente com a promulgação da Constituição de 1988, e logo na sequência com a eleição histórica da prefeita Luiza Erundina em 1989, aqui na cidade de São Paulo, à qual foi e ainda é um marco divisório, tendo o nosso saudoso e querido mestre Paulo Freire à frente da Secretaria de Educação, implementando um justo e digno Plano de

Carreira e Valorização Salarial.

Finalizando, o professor Toninho Vespoli junto ao Movimento Caravana da Educação, vem alertando a categoria sobre esse terrível “fantasma”, que insiste em nos rondar, e, deste modo, é primordial nos mantermos sempre atentos/vigilantes, no sentido de podermos mobilizar nossas forças e enfrentar à contento esse grande perigo e desmonte às nossas carreiras.

# VALORIZAÇÃO REAL JÁ!

# CARAVANA

em revista

toninh●  
VESPOLI